

AVALIAR POLÍTICAS, PROGRAMAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO					RESPONSÁVEL				
AVALIAR POLÍTICAS, PROGRAMAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					Coordenadoria de Auditorias Especiais				
OBJETIVO									
Avaliar a eficiência, eficácia, efetividade, equidade e economicidade da gestão pública, bem como orientar sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos									
CLIENTES			INDICADOR				REGULADORES		
- Sociedade - Governo e Entidades Públicas - Organizações não governamentais			- Índice de soluções consensuais decorrentes de fiscalização. - Índice de auditorias operacionais concluídas. - Índice de acompanhamento e monitoramento da decisão proferida na avaliação de políticas públicas				- Lei orgânica do Tribunal de Contas - Regimento Interno do TCE-TO - NBASP nº 300 e nº 920 - IN nº 7/2024 - Manual de auditoria do TCE-TO		
EVENTO INICIAL (DE)					RESULTADO (ATÉ)				
Demandas de fiscalização					Acompanhamento das determinações e recomendações/Mensuração do processo				
INTERFACES DE ENTRADA									
SociedadeJurisdicionadoJurisdicionadoJurisdicionadoJurisdicionado									
ENTRADAS									
Demandas de fiscalizaçãoExpediente/ InformaçãoComentário do gestorTemo de ajuste de gestão ou outros instrumentos de solução consensual									
ETAPAS									
Dignóstico de verificação de riscoConstruir a matriz de planejamentoConstrução dos papeis de trabalhoExecutar auditoriaElaborar matriz de achados e relatório preliminarReunião de EncerramentoRecepcionar comentários do gestorEmitir relatório finalApreciar e deliberar sobre o processo de auditoriaDivulgar resultado da auditoriaAcompanhar determinações e recomendações									
SAÍDAS									
Plano Anual de FiscalizaçãoOfício de apresentaçãoOfício de comunicaçãoRelatório preliminarRelatório finalDecisão publicada									
INTERFACES DE SAÍDA									
SociedadeJurisdicionadoJurisdicionadoJurisdicionadoJurisdicionadoJurisdicionado									
EXECUTOR(ES)					SISTEMAS E EQUIPAMENTOS				
Tribunal Pleno; Câmara; Colaboradores da Relatorias; Unidade técnicas de fiscalização do controle externo.					SEI; TCE-Planeja; Mobiliário de escritório; Ativos de informática; E-Contas; Boletim Oficial; SICAP; Contábil; SICAPAP; SICAP-LCO; Cadun; SICOP; SFG; Sistema de Pauta; Power BI; Sistema de benefício.				
RISCO(S)					OPORTUNIDADES				
Resultado da auditoria sem conseguir medir o impacto da política pública Baixa qualidade técnica dos relatórios de auditoria					- Elaboração, acompanhamento e implantação dos normativos que impactam o controle externo. - Avaliação de Políticas Públicas, programas e serviços públicos por meio de auditorias operacionais. - Plano Anual de Fiscalização de 2025 e 2026.				

